

## **O EMPODERAMENTO DAS MULHERES NA LUTA POR MORADIA: Mutirão Jardim Celeste em São Paulo.**

### **THE EMPOWERMENT OF WOMEN IN THE STRUGGLE FOR HOUSING: Mutirão Jardim Celeste in São Paulo.**

**A. Aline N. Regino & B. Débora Sanches**

*Universidade Presbiteriana Mackenzie & Centro Universitário Belas Artes de São Paulo, Brasil.*

*aline.regino@mackenzie.br*

*debora.sanches@mackenzie.br*

**B. Maria da Graça Xavier**

*UMM, União dos Movimentos de Moradia – Secretaria das Mulheres, São Paulo, Brasil.*

*gracaxavier@uol.com.br*

#### **RESUMO**

O artigo propõe uma abordagem sobre temas de grande relevância para a contemporaneidade, dos quais destacam-se: o papel das mulheres nos Movimentos Sociais pela luta por moradia e o direito à cidade. Trata-se de uma maneira de interpretar estes assuntos, pois busca-se resgatar a história vivida por personagens reais, as mulheres que participam do movimento por moradia. A partir do estudo de um caso específico, a construção do conjunto habitacional Jardim Celeste no município de São Paulo em regime de mutirão com autogestão, são analisados os fatos históricos e as relações estabelecidas entre tais temas.

**Palavras-chave:** Mulheres, Movimentos Sociais, Direito à Cidade, Direito à Moradia Digna.

**Linha de Investigação:** 3. Dinâmicas Urbanas.

**Tópico:** Gênero e Cidade.

#### **ABSTRACT**

The article proposes an approach on the most relevant themes for contemporary times, among which we highlight: the role of women in Social Movements for the struggle for housing and the right in the city. It is a way of interpreting these issues, as it seeks to rescue a story lived by real characters, such as women who participate in the housing movement. Based on the study of a specific case, the construction of the Jardim Celeste housing complex in the city of São Paulo under a mutual-help regime with self-management, the historical facts and the related relationships between these themes are analyzed.

**Keywords:** Women, Social Movements, Right to the City, Right to Decent Housing.

**Research line:** 3. Urban Dynamics

**Topic:** Gender and City.

## Introdução

Este trabalho aborda questões relativas à conquista de condições dignas de habitação que integram a luta pelo direito à cidade no município de São Paulo, com foco no papel das mulheres dos Movimentos Sociais de Moradia. Propõe-se, portanto, uma reflexão a partir premissas que sugerem a importância da compreensão das várias “possibilidades de ser mulher”, considerando outras intersecções como raça, gênero e lugar social. Busca, ao resgatar a narrativa das personagens, dar voz à estas mulheres que foram, historicamente, silenciadas por não pertencerem aos grupos sociais mais privilegiados.

[...] quem possui o privilégio social, possui o privilégio epistêmico, uma vez que o modelo valorizado e universal de ciência é branco. A consequência dessa hierarquização legitimou como superior a explicação epistemológica eurocêntrica, conferindo ao pensamento moderno ocidental a exclusividade do que seria conhecimento válido, estruturando-o como dominante e assim inviabilizando outras experiências do conhecimento (Ribeiro, 2019: 24).

A discussão proposta organiza-se a partir de dois marcos na história dos movimentos sociais de moradia: o primeiro consiste na constituição, em âmbito nacional, da União de Movimentos de Moradia (UMM), em 1987; e, o segundo marco é caracterizado pela gestão da prefeita Luiza Erundina (1989-1992), momento importante na promoção da participação popular no desenho da formulação de políticas públicas habitacionais e da autogestão. Para tanto, utiliza-se como exemplo o Jardim Celeste que, em 1989, teve a gleba desapropriada para a construção da moradia digna no regime de mutirão com autogestão.

A relevância do tema estudado relaciona-se, portanto, com as novas proposições existentes na historiografia recente, as quais buscam resgatar outros olhares além daqueles oficialmente consagrados. Dizemos que são novos pontos de vista, pois existem autores e autoras que se dedicaram a escrever sobre a história dos Movimentos Sociais de Moradia. No entanto o que se propõe não é um resgate histórico dos fatos “oficiais” narrados a partir de uma visão “externa”, mas um resgate da história destas lideranças femininas que *fizeram a história* por meio de suas experiências pessoais, na busca por seus direitos. Direitos estes garantidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), assim como pela Constituição Federal Brasileira de 1988, pois nas palavras das próprias líderes: “a moradia é a porta de entrada para todos os direitos”.

### 1. Mulheres e moradia: uma luta constante

As mulheres, em especial aquelas de menor poder aquisitivo e moradoras da periferia, enfrentam condições habitacionais extremamente difíceis. A falta de equipamentos, serviços e transportes públicos de qualidade faz com que elas não desfrutem dos espaços públicos existentes nas cidades, apenas as *atravessam* em suas rotinas exaustivas com jornadas duplas de trabalho. Ou seja, apesar de terem direito à cidade, sua condição socioeconômica as obriga a morar em periferias distantes, fato este que as exclui da “cidade” no sentido do direito à qualidade de vida urbana, próximas aos empregos, dos equipamentos e serviços de cultura e lazer (Harvey, 1968). É neste ponto que a luta pelo direito à moradia se complementa à luta pelo direito à cidade, especialmente no que se refere ao usufruto da cidade.

Desde o fortalecimento dos movimentos sociais, na década de 1970, as mulheres representaram um número expressivo do total de participantes. A possibilidade de conquistar uma moradia digna mobilizou – e ainda

mobiliza – estas mulheres, tendo em vista que na cultura brasileira são elas as responsáveis pelo lar – entendido sob a ótica de gênero, como espaço de segurança e estabilidade para as mulheres e seus filhos. O desejo de possuir a casa própria, conseqüentemente, é um elemento determinante no engajamento das mulheres na luta por moradia. Neste sentido, a pesquisa intitulada “Viver em São Paulo: Mulher e a cidade”, realizada pela Rede Nossa São Paulo (2019), destaca:

Sobre o cuidado com filhos (as), a pesquisa aponta que 36% das mulheres ficam mais com o (a) filho (a) do que a outra pessoa que cuida, e 33% das mulheres não dividem cuidados com ninguém. Ou seja, 69% das mulheres cuidam sozinhas ou quase sozinhas dos (as) filhos (as).

Apesar do aumento de 8% em relação ao ano anterior das mulheres que dividem igualmente os cuidados de filhos (as) com outra pessoa (chegando a 20%), não é possível afirmar que a divisão com o pai e/ou companheiro esteja se tornando mais igualitária, pois não há especificação de quem é a pessoa com quem divide os cuidados.

Por essa e outras razões, a participação feminina se faz cada vez maior nas ações coletivas em prol das questões habitacionais, sua contribuição ao movimento pelo direito à moradia e, por conseguinte, ao direito à cidade. Neste âmbito, pondera-se sobre a definição dos conceitos de empoderamento, feminismo e moradia digna, buscando expressões de seus significados para a vida dessas mulheres que habitam e circulam por territórios urbanos vulneráveis, como a cidade de São Paulo. Desse modo, é importante esclarecer que, neste artigo, entende-se o empoderamento como instrumento de emancipação destas mulheres, no qual:

[...] não visa retirar poder de um para dar a outro a ponto de se inverter os polos de opressão, mas sim uma postura de enfrentamento da opressão para eliminação da situação injusta e equalização de existências em sociedade.

Empoderar dentro das premissas sugeridas é, antes de mais nada, pensar em caminhos de reconstrução das bases sociopolíticas, rompendo concomitantemente com o que está posto entendendo ser esta a formação de todas as vertentes opressoras que temos visto ao longo da história (Berth, 2018:16).

Ressalta-se que estas mulheres constituem a maioria do contingente engajado no Movimentos Sociais de Moradia e são, também, a maioria das lideranças. O relatório Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça<sup>1</sup> aponta que, em 1995, em 23% dos domicílios as mulheres eram referência como “chefes de família”, e em 2015 o número passou para 40%. Acumulam, dessa maneira, os esforços de representação e trabalho em prol do coletivo, com os cuidados de seus lares e suas famílias. Parte da argumentação fundamenta-se nos depoimentos colhidos de mulheres engajadas na luta, desde os anos 1980 até os dias de hoje, que estão na linha de frente dos principais conselhos das cidades.

O acesso à moradia digna, por meio da participação nos movimentos sociais de moradia, representa, para estas mulheres, o atendimento a uma necessidade básica, pois não é apenas o lugar de sua segurança e privacidade, mas também a condição concreta para a saída da qualidade de vulnerabilidade social, sua e de

<sup>1</sup> Pesquisa realizada pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) em parceria com a ONU Mulheres, a partir dos dados com indicadores da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), pesquisa feita pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

sua família. Neste processo torna-se possível, para elas, ganhar condições de cidadania, de entendimento de seus direitos e deveres e, empoderadas, assumirem a reivindicação de seus direitos fundamentais.

## 2. União dos Movimentos de Moradia (UMM): luta por direitos e cidadania

A luta pela moradia digna na cidade de São Paulo se entrelaça com o próprio processo de sua urbanização. De acordo com Gohn (1991) a população, nos anos de 1970, principalmente aquela com renda baixa, encontrou modos de resistência e sobrevivência por meio de duas vertentes de moradia: a primeira referia-se aos moradores de favelas que resistiram à expulsão e lutaram por infraestrutura urbana – como água encanada e energia elétrica; a segunda estava associada à autoconstrução, especialmente na periferia que carecia de infraestrutura urbana e regularização fundiária. Os anos 1980 foram marcados pela redemocratização do país, quando diversos atores se articularam, em especial aqueles que participaram ativamente dos movimentos sociais e entidades, para a inclusão dos temas supramencionados na Constituição Federal de 1988. Foi nesta mesma época que o Movimento Nacional pela Reforma Urbana destacou a necessidade por outras formas de cidades, sem desigualdade social e segregação espacial.

Naquele mesmo período surgiu a União dos Movimentos de Moradia da Grande São Paulo e Interior (UMM-SP), sendo oficializada a partir de 1987 com o intuito de articular e mobilizar os movimentos para lutar pelo direito à moradia e à cidade. Atualmente, as atividades<sup>2</sup> localizam-se, do mesmo modo, fora dos limites do município, abrangendo não só o Estado de São Paulo como o país todo por meio da União Nacional por Moradia Popular (UNMP), sem mencionar a rede de troca de conhecimentos estabelecida com outros países.

Apesar do foco da UMM estar centrado na questão habitacional, é importante frisar que outros temas foram – e ainda são – trabalhados com os membros do movimento, dos quais destacam-se: Cortiços; Favelas; GLBT; Juventude; Raça; Mulheres e Feminismo; Violência Doméstica; Idosos; e, Direitos Humanos.

Vale ressaltar que os movimentos sociais ajudaram na formulação do arcabouço legal como aprovação do Estatuto das Cidades em 2001, criação do Ministério das Cidades em 2003 e, na sequência, a Lei Federal do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social em 2005.

Em 2019, durante a realização de entrevista com dona Olga (fig. 01), importante liderança da UMM, ela relatou sobre a dificuldade encontrada pelas mulheres durante a luta por mais creches nas áreas periféricas, pois a sociedade, patriarcal, tinha como premissa que a responsabilidade com o cuidado dos filhos deveria acontecer, única e exclusivamente, por meio das mães. Porém, naquele momento, com o empobrecimento das famílias e o aumento relativo às necessidades financeiras, as mulheres se organizaram para protestar pela construção de creches públicas.

---

<sup>2</sup> Konta (2018) destaca que é chamada de “União” em função da rede de movimentos com 350 filiados e 500.000 membros (com renda familiar mensal de zero a três salários mínimos) que moram em condições precárias.



Fig. 01 Dona Olga, mutirante e moradora do Jardim Celeste, aos 82 anos de idade, em frente a sua casa. Fonte: (Sanches, 2019).

Teles (2018) explica que a creche tinha que garantir, essencialmente, uma disposição espacial e condição razoável para que as mães pudessem trabalhar. A intenção das reivindicações se baseava, igualmente, na garantia de um serviço de qualidade para a convivência democrática entre as crianças de diferentes idades e os profissionais preparados, buscando cotejar e abrandar a desigualdade social. Para além das famílias, havia uma conscientização dos movimentos sociais de que o cuidado das crianças não caberia apenas às mães, mas deveriam ser o centro de políticas públicas em prol do desenvolvimento de bebês e crianças integrados à responsabilidade social, afetiva, econômica. Assumindo, assim, a responsabilidade por toda sociedade.

A respeito da maternidade como construção social, histórica e política, muitas feministas e lideranças dos movimentos sociais salientam que, em função do “sistema patriarcal, a divisão sexual do trabalho é desigual, sexista/racista, o que resulta na sobrecarga dos cuidados, do trabalho doméstico e demais encargos com a maternidade e os cuidados para com a família” sobre as mulheres, em especial, às mães negras (Teles, 2018: n.p.). A respeito deste assunto, Carneiro (2003: 50) demonstra uma perspectiva sobre o quesito mulheres negras:

Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando?

Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que

trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar. Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto.

Destaca-se que o forte sentimento de segregação da população, em especial das mulheres, não se relaciona exclusivamente pela falta de acesso moradia digna, mas, principalmente, por não ter acesso aos serviços e à cidade como um todo, além de estar distante do emprego. Desta forma, o padrão de segregação centro-periferia é marcado pelas reivindicações dos movimentos sociais de moradia.

A gestão da cidade de São Paulo, a partir de 1989, foi realizada por um partido progressista por meio da administração da prefeita Luiza Erundina. Durante todo o processo de reivindicação e debate sobre a conjuntura política, estes dirigentes do setor habitacional estavam ligados à Reforma Urbana e comprometidos com processos democráticos da cidade. Desse modo, a UMM apresentou reivindicações e propostas que visavam: melhorar as condições de vida dos moradores de cortiços; o controle em relação aos intermediários do aluguel; tarifa mínima de água e energia; e, a fiscalização das condições de salubridade (Sanches, 2015).

As ações realizadas durante a gestão de Erundina para enfrentar a crise habitacional estavam ligadas, portanto, à organização das demandas das associações de moradores; respeito à preexistência com a intervenção em cortiço e utilização de terrenos subutilizados; construção por mutirão; projetos de urbanização de favelas. Os recursos foram provenientes do orçamento municipal que instituiu o Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Subnormal (FUNAPS) para financiar os diferentes programas habitacionais, como por exemplo, o Programa de Produção de Habitação por Mutirão e Autogestão, formulado entre técnicos e movimento de moradia. Esse programa foi considerado um laboratório de experiências participativas, inovador e marcante, tanto do ponto de vista da sua diversidade e dimensão como da qualidade dos projetos.

### **3. Jardim Celeste e a moradia digna**

Entre os projetos realizados durante a gestão municipal apresentada anteriormente, ressalta-se o Mutirão do Jardim Celeste, referência no processo de projeto e gestão, pois contou, ativamente, com a participação dos futuros moradores. O primeiro passo para a sua concretização foi a criação da Associação de Construção por Mutirão Jardim Celeste em 1990, a partir de membros do Movimento de Moradia na Região Sudeste de São Paulo e articulações da Pastoral de Favelas da Região Episcopal Ipiranga (Konta, 2018).

Eram moradores de favelas, cortiços e inquilinos de casas de aluguel dos bairros Jabaquara, Vila Mariana, Parque Bristol, Vila Liviero, Vila Moraes, Vila Arapuá, Jardim Maristela, Jardim Climax, Água Funda, Heliópolis, Xavier de Almeida, Ipiranga e Alto do Ipiranga (Faria, Loureiro e Faria, 2008). De acordo com site de apresentação da UMM, a associação tem como objetivo: “construir um movimento de base em prol da Luta da Moradia e Reforma Urbana, nos princípios da organização, democracia interna e defesa das políticas públicas com participação popular para mulheres, idosos, negro(a)s e famílias de baixa renda”.

Para descrever a cronologia histórica sobre o processo de viabilização da moradia digna no Jardim Celeste, apresenta-se, a seguir, um resumo dos fatos ocorridos e registrados no 1º Mapa Comunitário do Jardim Celeste (2007). Em 1989, a prefeitura de São Paulo desapropriou a gleba com 107.310 m<sup>2</sup> para a construção de 1.076 unidades habitacionais. No ano seguinte, conforme mencionado, formou-se a Associação de Moradores e, no

mesmo ano, foi assinado o primeiro convênio para a construção de duzentas casas em regime de mutirão denominado Jardim Celeste I, as obras foram iniciadas no ano seguinte.

Em 1991 o segundo convênio foi assinado, dessa vez para a construção de mais duzentas casas no Jardim Celeste II, sendo as obras iniciadas em 1992. Ambos os projetos foram realizados com o envolvimento e participação dos moradores nas decisões projetuais; as unidades habitacionais possuem área aproximada de 70m<sup>2</sup>; existe, ainda, uma área comunitária com espaço para reunião, lazer, creche, cozinha coletiva e quadra de esportes. Nessa área destinada ao convívio social também se encontra a Igreja Nossa Senhora da Moradia (fig. 02 e 03).



Fig. 02 e 03 À esquerda, reunião da 1ª jornada em defesa da moradia digna na igreja Nossa Senhora da Moradia; à direita, aula de caratê no centro comunitário. Ambas demonstram como o sentido de comunidade, representadas durante a elaboração do projeto, são fundamentais para a apropriação e pertencimento dos moradores. Fonte: (Sanches, 2006).

Durante as gestões municipais seguintes, administradas por Paulo Maluf e Celso Pitta (1993 a 2000), foram paralisadas todas as ações e obras dos mutirões iniciados no governo anterior. Mais uma vez, houve a volta do retrocesso na política pública, especialmente no que se refere às questões habitacionais. Consequentemente, muitas famílias foram prejudicadas e várias manifestações aconteceram nas ruas da cidade.

Por consequência, as obras do Jardim Celeste ficaram paralisadas até 1997, quando as mesmas foram retomadas a partir dos recursos próprios dos associados. Naquele ano foi assinado o convênio para a construção de outras 156 unidades habitacionais, denominado de Jardim Celeste IV, no qual a prefeitura doou o terreno e, novamente, com recursos da associação teve início a construção por mutirão com autogestão. Entre os anos de 1997 e 1998, parte da demanda da associação de moradores que moravam em área de risco foi alocada no conjunto habitacional construído pela prefeitura a partir de Operação Urbana.

Em 2003, as obras foram finalizadas totalizando 1076 unidades habitacionais, entre residências unifamiliares e apartamentos (fig. 04 e 05). Os processos de luta pela moradia digna passaram por diversas (e dolorosas)

etapas, desde a organização dos moradores, constituição da associação de moradores, projeto participativo, construção em regime de mutirão, até a Regularização Fundiária que só aconteceu em 2016, depois de um longo processo mediante a parceria das seguintes entidades: Associação dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste, Governo Federal, Instituto Polis, Ministério Público, Defensoria Pública, entre outras organizações populares.



Fig. 04 e 05 Jardim Celeste e entorno. Fonte: 1º mapa comunitário do jardim celeste (2007); Gogle Earth (2020).

Pode-se dizer que, após trinta anos, desde a fundação da Associação de Moradores do Jardim Celeste, muitas das moradoras, integrantes também da UMM, foram as responsáveis por todo o processo de viabilização da moradia digna. Além de sua participação na luta e no movimento, é sempre importante reforçar que essas mulheres eram, em muitas situações, as responsáveis por todo o trabalho doméstico e cuidados com os filhos. Apreende-se, portanto, a partir dessa experiência, que todo o processo coletivo é a base de um processo sociopolítico que incorpora a SOLIDARIEDADE para a conquista da cidadania e direitos, que fortalece o empoderamento das mulheres no método autogestionário por meio de associações comunitárias em convênios com o poder público.

Em diversos depoimentos essas aguerridas mulheres destacam que a moradia digna é a condição determinante para a criação e proteção dos seus filhos; bem como, o local de produção de trabalhos realizados como autônomas, ou, ainda, o lugar protegido para o descanso, depois da jornada de trabalho, localizado, muitas vezes, a quilômetros de distância, em áreas que acesso é realizado depois de muitas horas no transporte público.

Nesta perspectiva, a moradia quando é ameaçada – por ações de despejos, reintegração de posse, violência nas relações de pagamento do aluguel na moradia precária como nos cortiços –, afeta diretamente as mulheres e reflete na organização e reivindicação da moradia digna e resistência na produção do espaço na cidade mais justa e igualitária. Nota-se, dessa maneira que, nos movimentos sociais, a presença predominantemente de lideranças femininas.

No intuito de resgatar e registrar a experiência vivida por essas mulheres e, do mesmo modo, elucidar os temas tratados neste artigo de maneira mais fidedigna, solicitamos à coautora Maria da Graça de Jesus Xavier, responsável pela criação da secretaria de mulheres na UMM-SP, que fizesse um relato sobre sua participação no Movimento de Moradia. Seu engajamento teve início no ano de 1984 em busca por uma moradia própria e digna, pois não tinha mais condições de continuar pagando aluguel. Recordar-se que a advogada Vitória Queija

Alvar, apoiadora da Associação dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste, foi uma das motivadoras para que isso acontecesse. Sobre aquele momento, conta que era muito nova, tímida, com três filhos, portanto, nas primeiras reuniões pouco falava, só ouvia. Depois de um tempo começou a fazer propostas e, na sequência, virou coordenadora da Vila Livieiro e da Região Sudeste.

Quando questionada sobre as principais mudanças na sua vida após entrar para o Movimento, menciona que percebeu, por meio das reuniões, que o debate não se resumia à casa composta por suas quatro paredes, a questão era muito maior, deixava de se importar com o individual para começar a pensar no coletivo, nos companheiros e companheiras de luta como um processo, um todo.

Durante a gestão de Luiza Erundina, com a desapropriação do terreno, em 1992, fazia parte da primeira demanda. O seu papel na obra quando começou o Jardim Celeste, estava vinculado ao grupo administrativo dos dez bairros que compunham a Associação da Região Sudeste, portanto, fazia a compra e recebia todo o material; no final de semana coordenava as reuniões, fazendo parte da formulação do projeto, além de encontros com as famílias e assessoria técnica. Neste processo aprendeu a gerenciar todo o processo de uma obra.

Não é fácil exercer o cargo, pois sempre são homens que são os engenheiros, mestres de obras, nas instâncias públicas e nas lojas, o machismo é muito forte, e nas reuniões com as famílias fazia o papel de traduzir a linguagem técnica para a linguagem popular. O mundo da construção é quase tudo voltado para o masculino e não para o feminino, muitos tiravam até sarro, mulher, negra e feminista (Xavier, 2020: n.p.).

Passados 24 anos da conquista de sua casa, ainda moradora do Jardim Celeste, nunca parou de participar do movimento de moradia, sempre na luta, em busca de meios para ajudar outros a conquistarem suas casas próprias. Sua trajetória é uma demonstração do compromisso que assumiu quando se juntou ao movimento, comprometimento este que está relacionado à coletividade, à consciência de que participar da conquista da moradia digna através da luta é muito diferente de comprar na imobiliária, pois para que essa conquista ocorra, muitas pessoas andaram e caminharam juntas, portanto, “você tem este compromisso de continuar a luta para que outras pessoas possam também conquistar a moradia digna” (Xavier, 2020).

Por outra perspectiva, a pesquisa de Konta (2018) verifica que participar da organização dos movimentos sociais de moradia auxiliou a liderança Graça Xavier (fig. 06) a conquistar o seu espaço de vida defensável<sup>3</sup> e estender as suas redes sociais – “Plataforma essencial para atuações embasadas na reciprocidade” (Friedmann, 1992 *apud* Konta, 2018: 49), possibilitando acessar conhecimentos, habilidades e informações adequadas<sup>4</sup>. Konta (2018:61), a partir da entrevista realizada em 2004 com a Graça, conclui da seguinte maneira: “Essas mudanças internas e interativas podem ter reciprocamente aumentado os poderes de Graça até ela conseguir participar de negociações com a prefeitura de São Paulo, de conferências internacionais e controlar a sua vida cotidiana e futura”.

<sup>3</sup> O espaço seguro na cidade é poder social valorizado para a população de renda baixa, vai além da moradia digna individual se estende para as relações de vizinhança no bairro com atividades de socialização e apoio a vida (Friedmann, 1992 *apud* Konta, 2018).

<sup>4</sup> Representam domínio de habilidades específicas, através da educação para deter melhor condição econômica e ajudar para o crescimento econômico da sociedade. Amenizando também a luta pela subsistência que incluem informações como: emprego, serviços públicos, infraestruturas, entre outros (Friedmann, 1992 *apud* Konta, 2018).



Fig. 06 Integrantes do I Seminário de Formação Mulheres na Obra (2019). Fonte: Sanches (2019).

Percebe-se, por meio desses relatos, que a organização das mulheres, em espaços de luta e formação cidadã, as proporcionou melhor e maior inserção no espaço público e político, conquistando, desse modo, o *lugar de fala* necessário para defenderem seus direitos, deixando para trás o ambiente privado em busca de uma travessia para a esfera pública e conquista de seus direitos. Nota-se, dessa forma, que o *lugar de fala* e das decisões da produção da cidade deve ser representado nos espaços de governança urbana.

## Considerações Finais

Levy, Latendresse e Carle-Marsan (2013) afirmam que, nas últimas três décadas, a presença e participação das mulheres nos movimentos de moradia foi ativa e constante, porém a organização desses movimentos reproduzia condições semelhantes àsquelas encontradas em outros locais, ou seja, dominadas pela divisão sexual do trabalho, “[...] segundo a qual as mulheres se ocupam das tarefas logísticas e organizacionais e se encarregam do cuidado dos outros, enquanto os homens se envolvem nas atividades de caráter político, domínio associado à esfera pública” (*idem*: 318). As autoras destacam, de modo similar, que o aumento crescente de mulheres líderes, a partir dos anos 2000, relaciona-se fortemente a dois fatores: “o crescimento do número de mulheres que chefiavam famílias pobres e a forte presença delas no seio das organizações populares de base” (*ibidem*).

No mesmo sentido, Souza (2013) faz uma reflexão sobre a presença feminina nos movimentos de moradia e a não suscitação de uma consciência feminista, pois as pautas dos movimentos feministas reivindicam questões relacionadas às relações de gênero e a divisão sexual do trabalho. Salienta, ainda, sobre a necessidade de sensibilização para a militância dentro do movimento de moradia para o debate e superação das desigualdades de gênero, além da determinação de uma ligação com as pautas reivindicatórias pelo direito à cidade.

Na busca por uma construção de cidadania urbana e, principalmente, na consolidação das mulheres como sujeito político, em março de 2019, A União Nacional por Moradia Popular (UNMP) em parceria com a União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP), por meio da Secretaria de Mulheres da UMM-SP, recentemente formada, desenvolveu o *I Seminário de Formação Mulheres na Obra*, além de rodas de conversas denominadas *Mulheres Construindo o Direito à Cidade com Inclusão Social no Combate a Violência Doméstica*.

O seminário supramencionado foi de grande relevância para o contexto, pois depois de mais de trinta anos de exaustiva participação em todo o processo de viabilização e participação nas obras dos mutirões da cidade de São Paulo e região, foi realizado um encontro exclusivo para mulheres com o intuito de promover debates sobre o protagonismo feminino. Historicamente, o canteiro de obras é um espaço masculino, porém, as mulheres sempre atuaram em todas as atividades ligadas à construção civil, desde assentar o tijolo até atividades que exigem maior força física.

A atuação das mulheres nos movimentos sociais de moradia somadas às suas vivências nos principais conselhos e participação na formulação de políticas públicas para a conquista da moradia digna e para uma cidade mais justa e igualitária, vai ao encontro da carta escrita pela Articulação Brasileira pela Economia de Francisco, intitulada “Carta de Clara e Francisco: do Brasil para o Encontro Mundial em Assis” (2020), na qual aventa-se uma alternativa para o colapso da economia capitalista – baseada na competição incessante, egoísmo, produção sem limites, acumulação de riquezas e progresso baseado em extração, “ideologia de mercado como ao patriarcalismo”. A proposta sugere “uma economia baseada nos valores que nossa civilização associa ao feminino: o cuidado, a colaboração, a generosidade, o cíclico (em oposição ao linear), a distribuição”.

As mulheres vinculadas ao Movimento de Moradia vêm incidindo diretamente nas políticas públicas habitacionais e territoriais, em todas as instâncias governamentais. Fato este refletido na Lei Nacional de Habitação de Interesse Social (2005), a qual recomenda que a titularidade dos imóveis financiados ou concedidos pelo poder público seja preferencialmente, registrado em nome da mulher. As feministas do movimento de moradia alertam que a mulher considera a moradia digna como lar e não um objetivo de valor e consumo. Salientam, ainda, sobre a necessidade de empreendimentos transitórios ou provisórios para mulheres que precisam para fugir dos maus tratos sofridos pelos homens.

Conclui-se, desse modo, que nesses espaços participativos é fundamental a presença popular, englobando grupos de maior vulnerabilidade, tais como: mulheres, idosos, jovens e, até mesmo, crianças; pois são essas as pessoas que interagem em ações locais ou em outros processos mais amplos de articulação, formação e mobilização.

## BIBLIOGRAFIA

Associação dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste (2007). 1º MAPA COMUNITÁRIO DO JARDIM CELESTE. São Paulo: UMM.

BERTH, J. (2018). O que é empoderamento? Belo Horizonte: Letramento.

CARNEIRO, S. (2003). Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA EMPREENDIMENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Org.). Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Editora.

FARIA, A. J. R., LOUREIRO, C. H. A. e FARIA, S. C. (2008). Moradia digna: lutas iguais em realidades diferentes. In: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. 1a Jornada em defesa da moradia digna. São Paulo: Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

GHON, M. G. (1991). Movimentos sociais e a luta pela moradia. São Paulo: Edições Loyola.

KONTA, R (2018). Participação nos movimentos de moradia em São Paulo: agência, estrutura e institucionalização. Curitiba: Editora CRV.

LEVY, C., LATENDRESSE, A., MARSAN, M. (2013). Movimento popular urbano e mulheres no Brasil: uma experiência de feminização das políticas públicas de habitação. Vol. 18, n. 63 da revista Cadernos Gestão Pública e Cidadania. Recuperado de <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/8023/13482>.

RIBEIRO, D. (2019). Lugar de fala. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen.

SANCHES, D. (2015). Processo Participativo como Instrumento de Moradia Digna. Uma Avaliação dos Projetos da Área Central de São Paulo - 1990 a 2012. São Paulo: PPGAU Universidade Presbiteriana Mackenzie.

SOUZA, A. P. (2013). As mulheres nos movimentos sociais de moradia: a cidade sob uma perspectiva de gênero. Vol. V da revista Humanidades em diálogo. Recuperado de [https://humanidadesemdialogo.files.wordpress.com/2013/11/revhum\\_out13\\_05e06\\_baixa1.pdf](https://humanidadesemdialogo.files.wordpress.com/2013/11/revhum_out13_05e06_baixa1.pdf)

TELES, M. A. A. (2018). Direito à Creche, luta rebelde. In: TELES, M. A. A., SANTIAGO, F. e FARIA, A. L. G. (2018). Por que a creche é uma luta das mulheres? São Carlos: Pedro & João Editores.

#### Fontes eletrônicas

<https://www.nossasaopaulo.org.br/2019/03/12/analise-da-pesquisa-viver-em-sao-paulo-mulher-e-a-cidade/> (consulta: 17/02/2020).

<https://sp.unmp.org.br/regiao-sudeste-g-associacao-dos-movimentos-de-moradia-da-r-sudeste/> (consulta: 28/01/2020).

<https://outraspalavras.net/feminismos/direito-a-creche-proposta-rebelde/> (consulta: 01/03/2020).

<https://outraspalavras.net/outrapolitica/podera-francisco-salvar-a-economia-e-o-planeta/?fbclid=IwAR1jY2rArgKbfz9VXFOiXfaEnJGld5X2zpiDuO7OBsqY1yCeGoe0tjHP9-Q> (consulta: 01/03/2020).

[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306\\_retrato\\_das\\_desigualdades\\_de\\_genero\\_raca.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_retrato_das_desigualdades_de_genero_raca.pdf) (consulta: 28/01/2020).